

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.536, DE 2007

Dispõe sobre a criação da Escola Técnica Federal de Corumbá, Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Autor: Deputado VANDER LOUBET

Relator: Deputado SANDRO MABEL

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame pretende autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de formar técnicos de nível médio, sobretudo nas áreas de mineração, siderurgia e petroquímica.

Segundo a proposta, o Ministério da Educação ficará autorizado a adotar as providências cabíveis para prover a nova unidade educacional das instalações e recursos materiais e humanos necessários.

O provimento dos cargos comissionados e efetivos necessários ao funcionamento da escola ficará condicionado à existência de disponibilidade orçamentária.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme salienta o autor do projeto, em Corumbá situa-se um dos mais importantes portos fluviais do País. O Município apresenta também localização privilegiada, nas fronteiras Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai, situação conhecida como tríplice fronteira, e constitui também o maior e mais populoso centro urbano fronteiriço do Norte e Centro-Oeste do País.

A extração mineral destaca-se na atividade econômica do Município. Em seu território situam-se reservas de minério e manganês que se colocam entre as maiores em escala mundial.

O Município tem, portanto, grande potencial econômico. Todavia, não conta com estrutura educacional profissionalizante adequada para a formação de técnicos, sobretudo nas áreas de mineração e siderurgia, necessários à exploração desse potencial. A criação da pretendida escola técnica viria atender a essa necessidade, permitindo aos jovens da região um futuro mais promissor, por meio de qualificação profissional que lhes propicie melhor inserção no mercado de trabalho.

Assim, considerados os benefícios sociais e econômicos que decorrerão da iniciativa em análise, nosso voto é pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 2.536, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputado SANDRO MABEL
Relator